

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA
(CP-QT/2013)

DIREITO (Discursiva)

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida está completa (se ela contém a 1ª Parte – Peça processual ou Parecer – e a 2ª Parte – 4 (quatro) questões sob a forma de problemas), com as respectivas folhas de rascunho e do texto definitivo (consta no cabeçalho de cada folha a questão correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva corretamente o seu nome, coloque o seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2 - Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis;
- 3 - O tempo para a realização da prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado à transcrição dos textos para as folhas de texto definitivo da Prova Discursiva;
- 4 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo a sua execução quando determinado;
- 5 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar o seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela MB;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova. Em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 6 - Use caneta esferográfica preta ou azul para preencher a folha de respostas. O texto definitivo escrito a lápis (ou grafite) será anulado. Será também anulado o texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado;
- 7 - Será permitida consulta exclusivamente à legislação não comentada e não anotada, sendo admitida somente a remissão a artigos de textos legais;
- 8 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de rascunho, mas só serão corrigidas as respostas transcritas nas folhas de texto definitivo;
- 9 - É vedado o uso de corretivo líquido (ou de qualquer outra natureza) e rasuras;
- 10 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de 1 hora;
- 11 - Será eliminado sumariamente do concurso público e suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desprezeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim;
 - e) cometer ato grave de indisciplina; e
 - f) comparecer ao local de realização da prova após o horário previsto para o fechamento dos portões;
- 12 - Respeite os limites de linhas estabelecidos para cada questão. Qualquer fragmento de resposta além desses limites será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome Consultor Jurídico. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido;
- 13 - Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos, sob pena de ter sua prova anulada;
- 14 - Escreva com letra legível. No caso de erro, risque com traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. Lembre-se: parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade; e
- 15 - Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

NÃO DESTACAR A PARTE INFERIOR

RUBRICA DO PROFESSOR	ESCALA DE	NOTA	USO DA DE_{EnsM}
	000 A 100		

CAMPOS PREENCHIDOS
PELOS CANDIDATOS

CONCURSO PÚBLICO:
NOME DO CANDIDATO:

Nº DA INSCRIÇÃO	DV	ESCALA DE	NOTA	USO DA DE_{EnsM}
		000 A 100		

1ª PARTE - PEÇA PROCESSUAL OU PARECER (Total 40 pontos)

Um ex-militar da Marinha pertencente ao Quadro Técnico ao ser avaliado pela Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) da Marinha, antes do 5º ano após a sua nomeação ao oficialato, obteve parecer desfavorável para sua permanência em caráter definitivo no Serviço Ativo da Marinha (SAM). Não houve recurso administrativo, sendo posteriormente o militar licenciado do SAM por ato administrativo do Diretor do Pessoal Militar da Marinha, autoridade competente para o referido ato, conforme preconizado na legislação em vigor que rege a matéria.

Inconformado, o ex-militar impetrou Mandado de Segurança em face do Diretor do Pessoal Militar da Marinha junto a uma das Varas da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, mencionando a ilegalidade do ato de seu licenciamento e sua conseqüente anulação pela via judicial pelas razões que seguem:

- a) que não há base constitucional e legal para a sua avaliação pela CPO e que por isso não poderia ter sido licenciado com base em parecer da referida Comissão; e
- b) que ingressou na Marinha do Brasil por concurso público, o que lhe garante a estabilidade desde o seu ingresso, a teor do que prescreve a alínea a, inciso IV do art. 50 do Estatuto dos Militares.

Por meio da ação mandamental requer a anulação do ato, por ter ferido seu direito líquido e certo de permanecer nas fileiras da Marinha, devendo ser reintegrado ao SAM.

Na qualidade de Assessor Jurídico do Diretor do Pessoal Militar da Marinha, elabore fundamentada e justificadamente as informações pertinentes a serem prestadas, abordando os seguintes tópicos: Relatório; Preliminar (se houver); Mérito e Pedido.

2ª PARTE

Questão 1: (Total 15 pontos)

Um militar da ativa exerceu por um período de três anos cargo de natureza militar em empresa pública. Depois desse prazo retornou ao seu Corpo e em seguida foi contratado pela empresa por aprovação em concurso público.

Quais situações jurídicas são observadas em relação ao militar mencionado acima? Fundamente.

Questão 2: (Total 15 pontos)

Determinado Município editou uma lei dispendo sobre normas específicas referentes ao processo licitatório para ser aplicada no âmbito de sua administração. Com base no texto constitucional e na doutrina sugerida responda:

É constitucional a lei do Município que editou normas sobre licitação? Fundamente a resposta.

Questão 3: (Total 15 pontos)

Sobre Improbidade Administrativa responda:

- a) O funcionário de uma entidade, da qual um Estado participe com mais de 50% do seu patrimônio, que deixou de executar, indevidamente, ato de ofício, sem causar, contudo, prejuízo à citada empresa, pratica ato de improbidade administrativa de acordo com a Lei 8.429/92? Fundamente a resposta. **(7 pontos)**
- b) Nos termos da Lei nº 8.429/92, a despeito de ter sido praticado com dolo ou culpa, o desvio de finalidade sempre será considerado ato de improbidade administrativa?
Fundamente a resposta. **(8 pontos)**

Questão 4: (Total 15 pontos)

Considerando que um militar pode ser condenado à perda do posto e da patente, bem como que essa dupla perda é consequência de duas causas que têm relevância diversa, diferencie as causas que podem levar à perda do posto e da patente do militar das Forças Armadas. (10 pontos)

e responda o seguinte:

- a) Qual o processo administrativo destinado a julgar a incapacidade do oficial das Forças Armadas para permanecer na ativa? (1 ponto)
- b) Como deve proceder o Comandante da Força se homologar o julgamento do Oficial das Forças Armadas julgado na instância administrativa culpado de ter procedido incorretamente no desempenho do cargo? (1 ponto)
- c) Qual órgão julga esse processo em tempo de guerra? (2 pontos)
- d) Qual é o efeito jurídico para os beneficiários do militar da reserva remunerada que perder o posto e a patente? (1 ponto)